

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 25 de agosto de 2014.

Edição n° 1496

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....	2
Editais.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos normativos.....	3
Boletins de Pessoal.....	3
Súmulas de contratos.....	4
Editais.....	5

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	6
---------------	---



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 376/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

APOSENTAR

- nos termos do artigo 109, inciso II, parágrafo único, da Constituição Estadual e tendo em vista o que consta no Processo n.º PR.01128.00345/2014-3, a pedido, a contar de 20 de agosto de 2014, a Dra. MARINÊS ASSMANN, Promotora de Justiça de entrância final, ID n.º 3427617, do Quadro de Membros do Ministério Público, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n.º 47/2005, observado o artigo 7º da Emenda Constitucional n.º 41/2003, e artigos 40, § 9º, e 201, § 9º, da Constituição Federal, devendo perceber, na inatividade, proventos mensais e integrais, em conformidade com a Lei n.º 8.625/1993, e Leis Estaduais n.ºs 6.536/1973, 7.669/1982 e 12.911/2008 (Port. 3147/2014).

CONCEDER

- o abono de permanência, nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional n.º 41/2003 e no artigo 3º da Instrução Normativa n.º 03/2011, ao Dr. ALTAMIR FRANCISCO ARROQUE, Procurador de Justiça, ID n.º 1428551, a contar de 31 de julho de 2014, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária (PR.00576.00709/2014-9 - Port. 3184/2014).

DESIGNAR

- o Procurador de Justiça Dr. ANTÔNIO CARLOS DE AVELAR BASTOS, ID n.º 3422194, para, como representante do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, atuar no Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça, no dia 25 de agosto de 2014 (Port. 3262/2014).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de agosto de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 472/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotora de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de possíveis atos de improbidade administrativa praticados pelo superintendente da Superintendência de Serviços Penitenciários - SUSEPE. A respeito foi instaurado o expediente PI. nº 00829.00023/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de agosto de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 473/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Veranópolis indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca da apuração de autenticidade de documento apresentado no momento da habilitação em processo licitatório da empresa Belfar Engenharia e Construções Ltda. A respeito foi instaurado o expediente RD. nº 00929.00156/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de agosto de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 474/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Álvaro Schuvatz, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Veranópolis indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de utilização de motosserra sem licença. A respeito foi instaurado o expediente RD. nº 00929.00284/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de agosto de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 475/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Jacir Antônio Moroso, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Veranópolis indeferiu a instauração de Inquérito Civil, acerca de aproveitamento de lenha nativa cortada mediante licença ambiental. A respeito foi instaurado o expediente RD. nº 00929.00282/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de agosto de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 476/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o representante da empresa Pró-Diesel Multimarcas Oficina Mecânica Ltda, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Veranópolis promoveu o arquivamento do IC nº 00929.00026/2013, instaurado a partir de reclamação efetuada pelos moradores das proximidades da empresa Pró-Diesel Multimarcas Oficina Mecânica Ltda, em razão de poluição sonora causada pela utilização de



um compressor e eventual poluição do meio ambiente.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de agosto de 2014.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,
Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA N.º 3272/2014

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIELSPERB RUBIN, no uso de suas atribuições legais resolve Prorrogar, com fulcro no artigo 201 da Lei Complementar Estadual n° 10.098/94, o prazo para a conclusão da Sindicância, **SPU.PR.00589.00685/2013-8**, por trinta (30) dias úteis, a contar do dia **22 de agosto de 2014**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre/RS, 22 de agosto de 2014.

Registre-se e Publique-se.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral em substituição.

BOLETIM N.º 377/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

EXONERAR

- a contar de 18 de agosto 2014, a servidora CHRISTIANE PERDOMO LOBATO, ID n.º 3586170, do cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, deste órgão (Port. 3257/2014).

- a pedido, a contar de 19 de agosto de 2014, o servidor ADAIR GREGÓRIO, ID n.º 3442667, do cargo de Secretário de Diligências, classe "M", deste órgão, em virtude de posse em cargo público federal (Port. 3260/2014).

NOMEAR E HABILITAR PARA POSSE

- a contar de 18 de agosto de 2014, CHRISTIANE PERDOMO LOBATO, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão (Port. 3258/2014).

NOMEAR

- GIORGIO SANT ANNA GHENO, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 25% (vinte e cinco por cento), deste órgão (Port. 3259/2014).

DESIGNAR

- a contar de 15 de agosto de 2014, a servidora HELENA MA-

RIA CAMPOS CORLETA, Assistente de Procuradoria de Justiça, classe "O", ID n.º 3440710, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 35%, deste órgão, na forma do parágrafo 5º do Artigo 2º da Lei n° 9.504/1992, com a redação dada pela Lei n° 14.415/2014 (Port. 3261/2014).

- pelo período de 30 dias, a contar de 18 de agosto de 2014, o servidor LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES, Assessor – Bacharel em Administração, ID n.º 3432602, para exercer, em substituição, a Função Gratificada de Diretor-Geral, FGE-12, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão, em virtude de licença-saúde do titular, Roberval da Silveira Marques (Port. 3269/2014).

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, RODRIGO DA SILVA ANDREATTA, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o décimo primeiro (11º) lugar na Lista de Classificação Especial, para Negros e Pardos (Port. 3296/2014).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, MARIA DO CARMO COLVERO MACHADO, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o sétimo (7º) lugar na Lista de Classificação Especial, para Deficientes (Port. 3297/2014).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, ÁLISSON KÖNIG DE CARVALHO, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o quinquagésimo (50º) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 3298/2014).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, LUCIANO FLORES DA FONSECA, para exercer o cargo de Técnico em Informática – Apoio ao Usuário, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o oitavo (8º) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 3299/2014).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, RICARDO GARSELAZ SATURNINO, para exercer o cargo de Técnico em Informática – Apoio ao Usuário, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o nono (9º) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 3300/2014).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, VANDER LUIS MENDEZ WISSMANN, para exercer o cargo de Secretário de Diligências, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o vigésimo nono (29º) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 3301/2014).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, MARCELO GUIMARÃES OLIVEIRA, para exercer o cargo de Secretário de Diligências, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o trigésimo (30º) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 3302/2014).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, ROBERTA PEREIRA VEIGA, para exercer o cargo de Secretário de Diligências, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o trigésimo primeiro (31º) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 3303/2014).



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 25 de agosto de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1496

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, EMERSON DE CARVALHO KALISKI, para exercer o cargo de Secretário de Diligências, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o trigésimo terceiro (33º) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 3304/2014).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, MARI TEREZINHA OLIVEIRA NUNES, para exercer o cargo de Secretário de Diligências, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o trigésimo quarto (34º) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 3305/2014).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, ALESSANDRA GARCIA ROHRIG, para exercer o cargo de Secretário de Diligências, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o trigésimo quinto (35º) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 3306/2014).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, ANDERSON GARCIA DA SILVA, para exercer o cargo de Secretário de Diligências, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o sexto (6º) lugar na Lista de Classificação Especial, para Negros e Pardos (Port. 3307/2014).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, ROBERTO CARDONE BALESTRIN, para exercer o cargo de Secretário de Diligências, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o trigésimo sexto (36º) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 3308/2014).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, VINICIUS DE MORAES PESSEL, para exercer o cargo de Secretário de Diligências, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o trigésimo sétimo (37º) lugar na Lista de Classificação Geral (Port. 3312/2014).

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 21/08/2014, no cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", LETIZIA CASARIL, tendo entrado em exercício em 21/08/2014.

- habilitada para tomar posse, a contar de 19/08/2014, no cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", JULIANA ESCOBAR BÜRGER, tendo entrado em exercício em 22/08/2014.

- habilitada para tomar posse, a contar de 08/08/2014, no cargo de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe "R", CAMILA MENEZES MAGALHÃES, tendo entrado em exercício em 22/08/2014.

- habilitada para tomar posse, a contar de 31/07/2014, no cargo de Agente Administrativo, Classe "M", EDUARDA SILVANO, tendo entrado em exercício em 22/08/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de agosto de 2014.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PROCESSO N.º 003639-0900/08-8

LOCADORA: VERA APARECIDA ROSSATTO BOHRZ; **OB-**

JETO: Locação do imóvel situado na Rua Firmino de Paula nº 875, na cidade de Ibirubá/RS destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça da respectiva cidade com vigência de 12 (doze) meses; **VALOR MENSAL:** R\$ 1.893,00 (um mil, oitocentos e noventa e três reais); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.36/3614; **FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Estadual nº 11.389/99.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de agosto de 2014.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral em substituição.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO PROCESSO 002092-09.00/14-8

CONTRATADA: FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO - FMP; **OBJETO:** inscrição da Promotora Dra. Ivana Machado Battaglin no curso "Direito da Criança e do Adolescente" com carga horária de 390 horas; **VALOR TOTAL:** R\$ 7.115,04 (sete mil, cento e quinze reais e quatro centavos); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, caput, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 21 de agosto de 2014, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de agosto de 2014.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral em substituição.

SÚMULA DE ALTERAÇÃO DE APÓLICE DE SEGURO DE VEÍCULOS PROCESSO N.º 000710-09.00/14-0 PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2014

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A; **OBJETO:** endosso da apólice de seguro da frota de veículos do Procuradoria-Geral de Justiça, para a inclusão do automóvel GM/Zafira Elegance, placa IPN 8395, Chassi nº 9BGU75W09C136747, pelo período de 11 (onze) meses; **VALOR:** do prêmio R\$ 1.271,15 (um mil, duzentos e setenta e um reais e quinze centavos) e da franquia R\$ 555,56 (quinhentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos); **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 65, inciso I, alínea "b", e § 1º, da Lei Federal 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de agosto de 2014.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral em substituição.



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 25 de agosto de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1496

**SÚMULA DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL
PROCESSO N.º 011117-09.00/07-1**

CONTRATADA: LUIS DONATO DILLY e MARIA RENATE GROHMANN DILLY; **OBJETO:** prorrogação da vigência do Contrato de Locação de Imóvel – AJDG nº 054/13, por mais 03 (três) meses a contar do dia 02 de setembro de 2014; **FUNDAMENTO LEGAL:** Cláusula Segunda do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de agosto de 2014.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral em substituição.

**SÚMULA DO 2º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 2736-09.00/12-9**

CONTRATADA: CP ELETRÔNICA Ltda.; **OBJETO:** prorrogação, por 12 (doze) meses, a contar de 21 de agosto de 2014, da vigência do Contrato de Prestação de Serviços – AJDG n.º 119/12; reajuste do valor do Contrato de Prestação de Serviços – AJDG n.º 119/12, a contar de 25 de julho de 2014, aplicando-se a variação do IGP-M/FGV nos últimos 12 (doze) meses, de 6,24%, passando a R\$ 4.483,85 (quatro mil quatrocentos e oitenta e três e oitenta e cinco centavos) mensais; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3931; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e cláusulas quarta, item 4.7, e décima primeira do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de agosto de 2014.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral, em substituição.

**SÚMULA DO 3º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 4691-09.00/10-6**

CONTRATADA: MICROSENS LTDA.; **OBJETO:** prorrogação, por 12 (doze) meses, a contar de 25 de agosto de 2014, da vigência do Contrato de Prestação de Serviços – AJDG n.º 113/11, bem como reajuste do valor do respectivo contrato, a contar de 25 de julho de 2014, aplicando-se a variação do IGP-M nos últimos 12 (doze) meses, de 6,24%, resultando, assim, na quantia mensal de R\$ 5.568,04 (cinco mil quinhentos e sessenta e oito reais e quatro centavos); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3931; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como cláusula oitava do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de agosto de 2014.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral, em substituição.

**SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 1846-09.00/14-8
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 42/2014**

CONTRATADA: TOCCATO TECNOLOGIA EM SISTEMAS LTDA.; **OBJETO:** prestação de serviços visando à realização de 03 (três) cursos in company, abaixo especificados, de treinamento na ferramenta Qlikview de BI (Business Intelligence), com a finalidade de qualificação dos servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul:

ITEM	SUB ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR TOTAL (R\$)
01	01	Curso Desenvolvedor	01	R\$ 16.000,00
01	02	Curso Avançado	02	R\$ 41.000,00
01	03	Curso Visual Business Discovery	02	R\$ 32.000,00

VALOR TOTAL: R\$ 89.000,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93, Lei Federal n.º 10.520/2002, Leis Estaduais n.º 11.389/99 e n.º 13.191/2009, Provimentos PGJ n.º 33/08, 47/05 e 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de agosto de 2014.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral em substituição.

**SÚMULA DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO N.º 003634-09.00/10-6**

CONTRATADA: GEATEL SERVIÇOS DE TELEFONIA E SEGURANÇA LTDA.; **OBJETO:** prorrogação da vigência do Contrato de Prestação de Serviços – AJDG nº 106/10, por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 13 de setembro de 2014; **FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como cláusula décima primeira, item 11.2 do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de agosto de 2014.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral em substituição.

**EDITAL N.º 390/2014
REMOÇÃO DE ACESSOR-BACHAREL EM CIÊNCIAS
JURÍDICAS E SOCIAIS.**

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-



GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfr/remocoas>), a divulgação dos locais em que serão oferecidas vagas para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 25 de agosto de 2014.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 391/2014

REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfr/remocoas>), a divulgação dos locais em que serão oferecidas vagas para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 25 de agosto de 2014.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 392/2014

REMOÇÃO DE SECRETÁRIO DE DILIGÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfr/remocoas>), a divulgação dos locais em que serão oferecidas vagas para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 25 de agosto de 2014.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM Nº 11/2014 - CAO-DH

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis:

IC 01128.00139/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Christianne Pilla Caminha, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar eventuais irregularidades na Instituição de Longa Permanência para Idosos. Investigada: Egrégora Residencial Geriátrico Ltda.

IC 01128.00142/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Christianne Pilla Caminha, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar eventuais irregularidades na Instituição de Longa Permanência para Idosos. Investigada: Associação de Assistência Social Bom Pastor

IC 01128.00148/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Christianne Pilla Caminha, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar irregularidades constatadas na ILPI Residencial Vovó de Ipanema.

IC 01128.00055/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Christianne Pilla Caminha, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar as alegadas irregularidades na Clínica Geriátrica Novo Lar, Hospedagem Assistida e Geriatria Ltda.

IC 01128.00102/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Eduardo Alberto Tedesco, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar suposta prática de maus tratos e de irregularidades consubstanciadas nos autos de infração sanitários nº 0641 e 0642, que motivaram a interdição da ILPI Geriatria São Luiz.

Aditamento à Portaria de IC 01128.00016/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Liliâne Dreyer da Silva Pastoriz, Promotora de Justiça, com a finalidade de retificar a identificação da ILPI para averiguar supostas irregularidades nas condições de atendimento e de funcionamento de estabelecimento geriátrico de propriedade de Andréia Nair Cardoso.

IC 01128.00150/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Liliâne Dreyer da Silva Pastoriz, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar eventuais irregularidades na atuação do Hospital Independência, por não estar cumprindo com a sua finalidade, de desafogar o Hospital de Pronto Socorro.

IC 01128.00190/2012 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Nilson de Oliveira Rodrigues Filho, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar o atendimento pelo Município das recomendações do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, em



relação ao Hospital Banco de Olhos.

IC 01128.00022/2012 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar a não aprovação, pelo Conselho Municipal de Saúde, do relatório de informações físico-financeiras sobre recursos aplicados em ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2009.

IC 01128.00127/2012 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar supostas condições precárias de trabalho no Hospital São Pedro, bem como a situação dos pacientes.

IC 01128.00182/2012 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar suposta falta de médicos para atendimento no PAM 3 (Vila dos Comerciantes).

PI 01128.00002/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar supostas irregularidades na área 17 do Centro de Saúde IAPI, no município.

IC 01128.00017/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar a situação do Posto de Saúde da Família – Esmeralda.

PI 01128.00031/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar o fornecimento do exame Colecolominas Urinárias pelo SUS.

IC 01128.00031/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar o fornecimento do exame Colecolominas Urinárias pelo SUS. Requerido: Secretaria Municipal da Saúde.

IC 01128.00032/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar o atendimento prestado pelo Hospital Banco de Olhos.

PI 01128.00033/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar a suspensão das atividades do Grupo de Mediação da Saúde e Bem Estar. Requerido: Grupo Hospitalar Conceição

IC 01128.00040/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar o repasse dos valores referentes à municipalização das unidades de saúde Murialdo, no município.

IC 01128.00044/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de fiscalizar Instituição de Longa Permanência Lar de Repouso Nossa Senhora Aparecida.

IC 01128.00045/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar

a situação da Comunidade Terapêutica Novos Horizontes.

IC 01128.00048/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar a adequação dos serviços do SUS ao disposto na Lei 12.732/2012, no que respeita ao tratamento de paciente com câncer de mama no RS.

PI 01128.00062/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar o funcionamento do CETEPÉ – Centro Terapêutico e Psicopedagógico.

PP 01128.00062/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar o funcionamento do CETEPÉ – Centro Terapêutico e Psicopedagógico.

Conversão de PI em IC 01128.00069/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar a adequação do transporte fornecido aos alunos cadeirantes nos passeios externos realizados pela Escola Municipal Lígia Morrônia Aweruk, no município.

IC 01128.00070/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar o atendimento prestado pela Associação Comunitária Cristã de Auxílio aos Carentes do RS.

IC 01128.00071/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar a existência de irregularidades no funcionamento da ILPI situada na Rua Toroquá, nº 349, Bairro Passo D'Areia, no município.

PP 01128.00073/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar a acessibilidade no transporte coletivo intermunicipal. Requerido: UNESUL

IC 01128.00086/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar as condições de saúde dos moradores da Ilha do Pavão.

PP 01128.00091/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar o fornecimento de medicamentos controlados sem receitas médicas. Requeridos: Farmácia Drogaria Andradas Ltda e Vera Teresinha Gambin Puppo.

PP 01128.00093/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar suposto fato de o Hospital Divina Providência não querer mais realizar atendimentos pelo SUS, nem atendimentos de emergência.

IC 01128.00093/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de



Diário eletrônico do Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 25 de agosto de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1496

Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar suposto fato de o Hospital Divina Providência não querer mais realizar atendimentos pelo SUS, nem atendimentos de emergência.

IC 01128.00096/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar possíveis danos à saúde da população da região Humaitá/Navegantes.

PP 01128.00099/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar a conduta do Posto de Saúde Santa Fé, no agendamento de consultas para os idosos, no município.

PP 01128.00104/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar supostas irregularidades na Instituição Lar Bom Pastor, no município.

PP 01128.00106/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar supostas irregularidades no Posto de Saúde do Bairro Lami, no município.

IC 01128.00106/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar supostas irregularidades no Posto de Saúde do Bairro Lami, no município.

PP 01128.00112/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar supostas vendas de lugares na fila para atendimento no Posto de Saúde da Vila Santa Rosa, no município.

PP 01128.00113/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar a implantação de acessibilidade para deficientes auditivos no sistema de aluguel de bicicletas do município de Porto Alegre.

IC 01128.00114/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar as condições de acessibilidade no Condomínio Morada do Sol, no município.

IC 01128.00117/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar supostas irregularidades nas condições de atendimento e de funcionamento de Instituição de Longa Permanência para Idosos. Investigado: ILPI Recanto Geriátrico Rivero Ltda.

PP 01128.00126/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar suposta falta de responsável técnico na Farmácia Dermatológica Ltda, bem como utilização de matérias-primas vencidas, no município.

IC 01128.00127/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de

Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar possíveis irregularidades relativas às condições de acessibilidade na sede da Associação Leopoldina Juvenil, consistentes em utilização de vaga especial por veículos sem credencial e/ou adesivo PNE, acesso ao salão nobre exclusivamente pro escadas e ausência de banheiro adaptado no andar do salão nobre.

IC 01128.00128/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar o número de leitos psiquiátricos, classificação de riscos e médicos psiquiatras atuantes junto ao PACS-Pronto Atendimento de Saúde Mental Cruzeiro do Sul, no município.

PP 01128.00135/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar a procedência de medicamento encontrados sem notas fiscais, no interior da empresa Maria Aparecida Andrade Reckzegele (Rede Agafarma).

Conversão de PI em IC 01128.00184/2013 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Marinês Assmann, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar supostas irregularidades no estabelecimento Clínica de Medicina Dra. Carla Finochiaro/Clínica Integrada de Medicina Preventiva.

Conversão de PI em IC 01128.00188/2012, pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar o tratamento prestado no apenado Norberto Fernando Boita, pelo Hospital Vila Nova.

PI 01128.00009/2013, pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar a situação da Clínica Gramado S/S Ltda.

PP 01128.00064/2013, pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de avaliar eventual irregularidade no custeio do transporte de pacientes para leitos de UTI de hospitais fora da cidade de origem.

IC 01128.00074/2013, pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de verificar supostas irregularidades no atendimento prestado no Hospital Parque Belém.

PP 01128.00090/2013, pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar o atendimento prestado no Hospital Vila Nova.

IC 01128.00113/2013, pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar a implantação de acessibilidade para deficientes auditivos no sistema de aluguel de bicicletas, no município de Porto Alegre.

IC 01128.00132/2013, pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de verificar as condições de trabalho dos servidores da SAMU de Porto Alegre.



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 25 de agosto de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1496

PP 01128.00138/2013, pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar eventual imperícia cometida no Hospital de Clínicas, a qual ocasionou a morte de Maria Oraci.

PP 01128.00143/2013, pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar a situação dos pacientes do Hospital Conceição, em tratamento de Hemodiálise.

PP 01128.00147/2013, pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar possível irregularidade no processo de cadastramento para o sorteio da CNH social por parte da FASC. Investigado: FAS

PP 01128.00149/2013, pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar possíveis danos a direitos difusos ou coletivos consistentes na ausência de rede de abastecimento de água potável no loteamento clandestino, localizado na Av. Juca Batista, 2910.

PP 01128.00005/2014, pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar possível irregularidade na Casa Lar Nossa Senhora Rainha da Paz, no município.

PP 01128.00006/2014, pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar possível irregularidade no serviço prestado pela FEPAM.

PP 01128.00007/2014, pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de verificar a possível falta de paridade na composição do Conselho Estadual de Saúde.

PP 01128.00009/2014, pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar a regularidade dos encaminhamentos do serviço social do Hospital Espirita de Porto Alegre, para instituições de abrigo.

PP 01128.00023/2014, pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar os apontamentos do Conselho Estadual de Saúde na resolução 6/2013, que trata da Execução do programa de Ações e Metas – PAM DST/AIDS do ano de 2012.

PP 01128.00026/2014, pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar as não conformidades apontadas na Atenção às urgências pela auditoria 11.961 do DENASUS.

PP 01128.00029/2014, pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de averiguar suposta falta de médicos no Posto de Saúde da Vila Mapa.

PP 01128.00041/2014, pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar

possíveis irregularidades no concurso público da Secretaria de Saúde do RS para provimento do cargo de psicólogo. Investigado: Fundação Estadual de Ciências e Tecnologia – Fundatec; Secretaria Estadual da Saúde.

IC 01128.00109/2014, pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Mauro Luís Silva de Souza, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar a regularidade dos atendimentos prestados por servidor, no Conselho Municipal de Saúde.

Aditamento à Portaria de IC 01128.00016/2011 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Odete Pinzetta, Promotora de Justiça, com a finalidade de retificar a qualificação para averiguar ocorrências de irregularidades no atendimento e no funcionamento da ILPI Nunes, Silva e Lisboa Ltda. Investigados: Nunes, Silva e Lisboa Ltda, nome de fantasia Residencial Jardim das Flores.

IC 01128.00051/2013 instaurado Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Odete Pinzetta, Promotora de Justiça, com a finalidade de investigar irregularidades nas condições de atendimento e de funcionamento de instituição de longa permanência para idosos. Investigado: ILPI Loreni da Silva Rodrigues

IC 01128.00139/2013 instaurado Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, por Odete Pinzetta, Promotora de Justiça, com a finalidade de averiguar supostas irregularidades nas condições de atendimento e de funcionamento de instituição de longa permanência para idosos. Investigado: ILPI Lar Geriátrico Solar do Aconchego

IC 00907.00012/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Soledade, por Mari Oni Santos da Silva, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar as adequações do acesso aos prédios públicos aos portadores de necessidades especiais. Investigado: Escola Estadual de Ensino Fundamental Eurípedes Dalla Costa.

IC 00922.00002/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Uruguaiana, por Diego Corrêa de Barros, Promotor de Justiça, com a finalidade de investigar a situação das famílias que trabalham e vivem no lixão de Uruguaiana.

IC 00922.00025/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Uruguaiana, por Diego Corrêa de Barros, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar o depósito e manipulação irregular de formas farmacêuticas no município de Uruguaiana. Investigado: Natusvita Laboratórios de Manipulação Ltda.

IC 00907.00012/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Uruguaiana, por Diego Corrêa de Barros, Promotor de Justiça, com a finalidade de apurar suposta desativação do Posto de Saúde nº 18, bem como suposta ausência de higiene no local, decorrente de sua utilização por parte de Julio Ledesma, para promoção de festas. Investigado: Município de Uruguaiana e Julio Ledesma.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de agosto de 2014.

MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA,

Promotor de Justiça, Coordenador,

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.

De acordo.

MARCELOS LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



BOLETIM N.º 35/2014

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

IC 00876.00010/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Santo Augusto em 21/07/2014 por Rodrigo Ballverdu Louzada com a finalidade de apurar eventual promoção pessoal do Prefeito Municipal de Chiapetta por meio de revista institucional publicada em junho de 2012.

Local: Chiapetta/RS.

Investigado(s): Osmar Kuhn,

Local do fato: Santo Augusto.

IC 00876.00011/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Santo Augusto em 21/07/2014 por Rodrigo Ballverdu Louzada com a finalidade de apurar eventuais irregularidades no preenchimento de cargos públicos de caráter permanente (motorista) por meio de contratos de prestação de serviços decorrentes de processo seletivo simplificado, ocorrido no ano de 2013 no município de São Martinho.

Investigado: Poder Executivo Municipal, na pessoa da Prefeita.

Local: São Martinho/RS.

Investigado(s): Araci Zelia Kolling Irber.

Local do fato: Santo Augusto.

IC 00876.00012/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Santo Augusto em 21/07/2014 por Rodrigo Ballverdu Louzada com a finalidade de apurar eventuais irregularidades na utilização do ônibus escolar placa ISA 6083 no dia 12/01/2014.

Investigado: Poder Executivo Municipal, de Chiapetta, na pessoa do Prefeito.

Local: Chiapetta/RS.

Investigado(s): Osmar Kuhn.

Local do fato: Santo Augusto.

PI 00876.00013/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Santo Augusto em 21/07/2014 por Rodrigo Ballverdu Louzada com a finalidade de apurar a negativa de prestação de serviços públicos a opositores políticos no município de São Martinho.

Investigado: Poder Executivo Municipal, na pessoa da Prefeita.

Local: São Martinho/RS.

Investigado(s): Araci Zelia Kolling Irber.

Local do fato: Santo Augusto.

IC 00876.00014/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Santo Augusto em 22/07/2014 por Rodrigo Ballverdu Louzada com a finalidade de apurar eventuais desvios na utilização de maquinário público no município de São Martinho.

Investigado: Poder Executivo Municipal de São Martinho, na pessoa da Prefeita municipal, Sra. Araci Zélia Kolling Irber, bem como Mauri Blatt e Alceu Kiesel.

Local: São Martinho/RS.

Local do fato: Santo Augusto.

PI 00907.00051/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de

Soledade em 22/07/2014 por Mari Oni Santos da Silva com a finalidade de apurar irregularidades na contratação de empresa de transporte escolar no município de Ibirapuitã.

Investigado(s): Município de Ibirapuitã.

Local do fato: Soledade.

PI 00907.00052/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Soledade em 22/07/2014 por Mari Oni Santos da Silva com a finalidade de apurar denúncia de não repasse de telhas pela Prefeitura de Fontoura Xavier.

Investigado(s): Município de Fontoura Xavier.

Local do fato: Soledade.

IC 00907.00058/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Soledade em 22/07/2014 por Mari Oni Santos da Silva com a finalidade de apurar irregularidades na contratação de empresas de segurança.

Investigado: Município de Fontoura Xavier/RS.

IC 00907.00059/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Soledade em 22/07/2014 por Mari Oni Santos da Silva com a finalidade de apurar irregularidades na contratação de transporte escolar sem licitação.

Investigado: Município de Barros Cassal/RS.

Local do fato: Soledade.

IC 00929.00026/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Veranópolis em 18/07/2014 por Lucio Flavio Miotto com a finalidade de apurar, em tese, improbidade administrativa pelo pagamento à empresa Neocorp antes da conclusão de levantamento de dados para a elaboração do plano diretor de Cotiporã, em desconformidade com o contrato vigente, bem como a contratação de empresa para acompanhamento das atividades inerentes ao plano diretor do município.

Local: Município de Cotiporã, RS.

Investigado(s): Andre Melatti & CIA. Ltda., Neocorp Desenvolvimento de Projetos e Serviços Ltda., Constante David Bianchi.

Local do fato: Veranópolis.

IC 00929.00027/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Veranópolis em 18/07/2014 por Lucio

Flavio Miotto com a finalidade de investigar, em tese, irregularidades na contratação de empresa para prestação de serviços de topografia para o município de Cotiporã.

Investigado: Constante David Bianchi e Alterantiva Sustentável Engenharia e Meio Ambiente Ltda.

Local: Município de Cotiporã, RS.

Local do fato: Veranópolis.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 21 de agosto de 2014.

CAROLINE VAZ,

Coordenadora do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público (em substituição).

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.